

Editorial

O presente número da revista *Cidades* abre-se em diversas direcções, havendo, contudo, uma dominante na maior parte dos temas abordados – eles questionam directa ou indirectamente a cidade contemporânea. Uma tal afirmação, só por si, não constituiria propriamente uma novidade face às temáticas dos números anteriores, também eles (pre)ocupados com diversos temas que questionam as cidades actuais. É provável que a diferença esteja, ao fim e ao cabo, não só em relação a algumas das questões aqui expressamente analisadas, mas sobretudo no enfoque prospectivo de muitas dessas abordagens, procurando detectar sinais e tendências de mudança significativa nas/das cidades, nossas contemporâneas. Digamos também que muitos dos temas aqui em debate se reportam, de modo explícito ou subtilmente, às cidades do século XXI, o que constitui desde logo um desafio necessariamente prospectivo sobre aqueles sinais e aquelas tendências. Mas talvez que ainda se possa dizer que um dos temas recorrentes neste número de *Cidades* seja o que incide na problemática dos espaços públicos, enquanto problemática analisadora, emblemática em todo o caso, das próprias mudanças em curso nas cidades contemporâneas. Com efeito, em diversos textos deste número, aquela problemática dos espaços públicos aparece assim questionada, quer em torno das suas dimensões socio-urbanísticas e culturais, quer a um nível mais propriamente (da qualidade do) urbano, isto é, enquanto mediação da própria condição pública, política portanto, da cidade, que a própria contemporaneidade acabou por lhe conferir uma maior emergência e uma mais ampla visibilidade.

Deste modo, ainda que não se reportando especificamente a esta última problemática, o texto de abertura de Manuel Castells constitui, sem dúvida, um texto emblemático sobre algumas das questões que acabámos de referir, em particular sobre os processos de mudança urbana actualmente em curso. Posicionado, embora, no quadro da sociologia urbana, o autor interroga-se sobre o papel dessa disciplina no questionamento das cidades actuais, sistematizando, sucintamente, os sinais de mudança urbana já “inscritos” no actual contexto económico e político à escala global, o que lhe permite sublinhar os desafios da sociologia urbana no século XXI. Mas o presente texto é ainda em-

blemático tendo em conta o posicionamento do autor há mais de três décadas atrás, em que a sua postura face à então existente sociologia urbana era claramente “niilista”, cujas razões, de resto, o autor não deixa de sintetizar no início do seu artigo. Sabemos que ao longo do período que medeia a publicação daquele texto inicial, que ao fim e ao cabo anuncia a sua abordagem muito específica sobre “a questão urbana”, até à publicação recente de uma obra de grande vulto sobre “a era informacional”, M. Castells foi sempre uma referência fundamental, porque teoricamente inovadora e criticamente polémica, não só no domínio da sociologia urbana.

Os textos que se seguem no presente número, não enjeitarão, certamente, a abertura anterior, muito embora se posicionem em quadros analíticos relativamente distintos daquele enquadramento de partida, o que não significa que não possam vir a ter alguma convergência entre si. No entanto, têm um traço em comum: desenvolvem as suas específicas abordagens analíticas tendo em conta determinados estudos de caso. Concretamente, o texto de Andy Thornley, construído em torno do planeamento urbano, da democracia local e da globalização, comenta criticamente a “experiência” do que designa de “city marketing” em três “cidades mundiais” (Londres, Singapura e Sydney), cujo resultado final parece apontar sobretudo para a promoção de formas de segregação urbana e de polarização social. No caso de Oriol Nel·lo, é a Região Metropolitana de Barcelona que está em questão, discutindo o autor as dinâmicas de transformação urbana dessa região a partir de diversos postulados, com um enfoque particular no que o autor designa de “actividades emergentes”, o que constitui um desafio acrescido às próprias políticas públicas na cidade e naquela região. Em relação a Jean-Pierre Garnier, são algumas cidades francesas, e Paris em particular, que lhe servem de referência para discutir as questões da segurança urbana, o que de acordo com a sua perspectiva muito específica lhe permite criticar como um certo tipo de ordenamento urbano pode vir a estar associado ao que o autor designa de um “espaço securitário”.

Um segundo conjunto de textos reporta-se a situações portuguesas (particularmente o caso de Lisboa), naturalmente de autores portugueses. Na

generalidade, constituem textos que se apoiam igualmente em determinadas observações e/ou pesquisas empíricas, com uma excepção relevante – realmente, o texto de Alexandra Castro apresenta uma primeira reflexão sistematizada sobre os espaços públicos urbanos, procurando caracterizar e tipificar essa problemática (como acima sublinhámos) em torno de uma trilogia que põe em confronto a coexistência social e a civilidade face a esses mesmos espaços públicos. Os restantes textos têm uma natureza analítica relativamente distinta, como dissemos. Assim, o texto de João P. Matos Fernandes discute e comenta diversas experiências recentes de reabilitação urbana (Vila Real, Setúbal, Torres Vedras e Viana do Castelo), no quadro de um determinado programa governamental (Programa Polis). Os dois textos seguintes reportam-se a Lisboa, enquanto cidade-metrópole. Num primeiro caso, João Seixas confronta-se com as lacunas (the gaps) da “governância urbana”, introduzindo questionamentos e percepções sobre a gestão urbana da Metrópole de Lisboa, enquanto que no segundo caso, num texto colectivo (de uma investigação coordenada por V. Matias Ferreira), se apresenta uma proposta metodológica (ainda em discussão) sobre as morfologias urbanas e os espaços públicos daquele mesmo espaço metropolitano.

Um último bloco de textos enquadra-se, na generalidade, num estatuto discursivo abertamente distinto dos anteriores. Com efeito, se a maior parte dos textos anteriores procura conciliar, de algum modo, a teoria com a empiria, independentemente do seu enfoque se centrar mais ou menos em cada um desses pólos da investigação científica, este último bloco tem um posicionamento mais “liberto” desse tipo de exigências, assumindo-se assim com as características de ensaio e/ou de texto experimental nas respectivas abordagens. Uma tal distinção da natureza do discurso (relativamente arbitrária, ao fim e ao cabo), foi defendida desde a publicação do primeiro número de *Cidades*, adoptando-se agora, contudo, uma aberta separação entre os referidos blocos de textos. Assim, neste último grupo são publicados três textos com formatos e objectivos muito distintos entre si. Num primeiro caso, Francesco Indovina apresenta um conjunto de tópicos sobre o papel e as mudanças em curso dos

espaços públicos na/da cidade, enquanto que o pequeno ensaio de Oriol Nel.lo sintetiza a “sua” cidade da esperança, em que Barcelona aparece digamos em filigrana. O último texto, de V. Matias Ferreira, assume-se como “experimental” (por razões devidamente explicitadas) procurando discutir a urbanidade e o cosmopolitismo de Lisboa.

À semelhança dos números anteriores da revista, também este termina com a rubrica de recensões de duas obras (uma das quais constituindo uma antologia de textos sobre o espaço público), a que se junta uma extensa e sistematizada bibliografia sobre espaços públicos, preparada por Alexandra Castro e Maria J. Matos, bibliografia que, contudo, se abre para outros temas de algum modo conexos com aquela temática central. Vemos pois como a abordagem dos espaços públicos acabou por estar presente em diversas entradas deste número da revista *Cidades*, tal como referimos no início, sem que por isso se possa considerar estarmos perante a publicação de um número temático.

Com a publicação deste número encerra-se, assim, um segundo ciclo de vida da revista *Cidades*, correspondente ao ano 2002. Recordar-se que o primeiro ciclo correspondeu aos três primeiros números (o primeiro de Dezembro de 2000 e os restantes de 2001). E se até agora não foi possível a publicação atempada da revista, o que se lamenta, a direcção pode assegurar que se encontra em curso de preparação os próximos dois números referentes a 2003. Significa isso que a direcção do Centro de Estudos Territoriais e a própria direcção da revista continuam empenhados em garantir a prossecução deste projecto editorial, para além das vicissitudes a que uma publicação deste tipo está confrontada. Realmente, ao fim da publicação dos seus primeiros quatro números, uma primeira avaliação deste projecto não pode deixar de reconhecer que uma das suas maiores dificuldades é, paradoxalmente, a sua mesma difusão, sendo contudo gratificante reconhecer o número relativamente elevado de assinantes, em especial entre os estudantes. Razão acrescida para continuar a apostar neste projecto editorial!

Vítor Matias Ferreira